

VALORES CENTRAIS PARA O CAMINHO DO DIÁLOGO: UMA POSSÍVEL CONTRIBUIÇÃO DO CRISTIANISMO PARA UMA ÉTICA GLOBAL

Marcos Morais Bejarano¹

Resumo

A sociedade moderna vive um dilema. Estamos em uma era de problemas comuns, de dimensões globais, exigindo soluções compartilhadas. Porém, autonomia individual e diversidade cultural fazem com que muitos sistemas de valores convivam entre si, dificultando a localização de mínimos denominadores comuns que permitam a construção de uma pluralidade harmônica e de uma diversidade vivida no respeito. Como construir esses valores comuns? Após apresentarmos alguns elementos que caracterizam os dilemas referentes ao tema da diversidade de valores, questão premente na sociedade contemporânea, vamos utilizar a proposta filosófica de Adela Cortina, unindo a possibilidade de aplicação dessa proposta a uma colaboração específica a ser dada pela ética cristã, em vista de um caminho que permita a promoção do diálogo social.

Palavras-chave: modernidade; valores; ética cristã; direitos humanos; diálogo.

Introdução

O mundo se transformou em uma verdadeira “aldeia global” (Marshall McLuhan). A humanidade está hiperconectada e a tecnologia permite trocas e interações entre pessoas e povos espalhados por todo o planeta. Verificado, primeiramente, no plano político e econômico, tal processo de mundialização passou a ser experimentado pelo cidadão comum por meio do crescimento e desenvolvimento das mídias digitais, sobretudo, nas duas últimas décadas.

Tal processo de interconexão mundial foi visto inicialmente como a esperança de uma nova era de harmonia e de cidadania plena. Porém, recentemente, esta visão otimista tem cedido lugar ao desencanto. Por um lado, o sistema econômico capitalista mundializa valores numa avalanche irresistível, espalhando um estilo de vida hegemônico marcado pelo individualismo e pelo consumismo. Por outro, a progressiva percepção da existência de uma pluralidade dentro das diversas sociedades tem sido acompanhada pelo recrudescimento de conflitos violentos, com crescentes episódios de intolerância, preconceito e agressividade. Parece que não estamos preparados ainda para viver em harmonia em contextos crescentemente plurais. Muito menos preparados estamos para enfrentar os imensos desafios que a humanidade tem pela frente, nesse terceiro milênio da nossa era.

Nesse texto queremos refletir sobre o desafio de pensar alguns valores que possam fundamentar o convívio harmonioso e construtivo em sociedades multiculturais. Para isso, nos utilizaremos da ajuda da filósofa espanhola Adela Cortina, que têm enfrentado, ao lado de outros autores e autoras, o desafio da proposição de uma ética mundial no respeito à diversidade cultural. Não deixaremos também de ressaltar a contribuição que o cristianismo pode dar nesse processo. Tão manipulado a serviço do ódio em determinados ambientes, a

¹ Possui Graduação em Teologia pelo Instituto de Filosofia e Teologia Paulo VI (2005), mestrado e doutorado em Teologia Sistemático-Pastoral pela PUC-Rio. Atualmente é professor do Departamento de Teologia da PUC-Rio e Vigário Paroquial na Paróquia Nossa Senhora de Fátima, da diocese de Duque de Caxias

ponto de ser identificado por tantos e tantas como símbolo do atraso e do retrocesso, o cristianismo precisa ser tirado dessa condição, para que possa brilhar por aquilo que ele realmente é: uma mensagem de paz e de dignidade humana, fruto da visão de que a humanidade é uma grande família, regida por um Pai amoroso comum.

O ser humano vive a partir de valores

A vida humana não se processa em um espaço de neutralidade. Não somos guiados pela pura objetividade, pois o tempo todo tomamos decisões a partir de valores, qualificando os acontecimentos à nossa volta como “certos” ou “errados”, “bons” ou “maus”, “justos” ou “injustos”. O ser humano é um ser moral, no sentido de que é guiado em suas decisões por valores que orientam o uso da sua liberdade e que qualificam o seu julgamento a respeito desse uso. João Décio Passos define os valores como a “motivação fundamental de nossa existência que, posicionados como finalidade, orientam de modo explícito ou implícito nossas ações” (PASSOS, 2010, p. 129).

Um determinado grupo social, étnico ou cultural possui, normalmente, valores compartilhados, que guiam as ações individuais e coletivas e permitem uma certa coesão social. Isso, obviamente, não significa que todos os indivíduos pertencentes ao referido grupamento social compartilhem os valores comuns ou mesmo que os pratiquem, ainda que os reconheça. Dissidências e questionamentos acontecem, seja porque o indivíduo sinceramente discorde da moral comum ou porque, mesmo reconhecendo a importância dos valores coletivos, coloca o seu bem-estar individual acima daqueles, preferindo adotar posturas que o beneficiem em detrimento do interesse social. Para fazer frente a este último caso, as sociedades desenvolveram formas de coerção a fim de inibir tais práticas e garantir que os valores aceitos intersubjetivamente possam ser assegurados no interesse da manutenção da paz social.

O impasse de uma sociedade plural

A questão torna-se mais complexa com o advento da sociedade moderna. Denominamos desta forma a organização social marcada pelo fenômeno cultural da modernidade, que tem início como reflexão filosófica no século XVII, mas que se torna cultura de massas com a Revolução Industrial, na Europa Ocidental, na passagem para o século XIX. Para o que nos interessa nesse artigo, podemos destacar dois aspectos importantes dessa configuração social. A primeira delas é a crescente mobilidade, permitida pela descoberta de novas fontes de energia e o desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação. Outra característica, esta mais no campo das ideias, é a valorização da autonomia do sujeito. A humanidade – e cada indivíduo que a compõe – deixa de se compreender como mera expectadora diante das forças do destino e da providência, estas governadas pela natureza e pelos deuses, para se colocar como construtora autônoma da história. Com isso, os sujeitos

são instados a tomar decisões cada vez mais livres, supostamente independentes, construindo assim, vidas autorais. O colonialismo e a interconexão logística entre os povos se encarregaram de disseminar a mentalidade moderna pelo planeta, a tal ponto de podermos afirmar se tratar da primeira cultura realmente global da história humana, ainda que debaixo de suas características básicas possam sobreviver uma infinidade de estilos de vida e de construção das relações pessoais e sociais.

As mudanças provocadas pela cultura moderna geram novos desafios na relação entre os valores e a vida social. A crescente interconexão entre pessoas e povos, cada qual com o seu sistema de valores morais, gera conflitos, muitos deles apaixonados e violentos. Tal fato se dá porque, como vimos, os valores são os motivadores da vida, geram uma visão de mundo e, dessa forma, colocados em confronto, podem confrontar também os indivíduos que os portam. Diferentes visões do que é “certo” ou “errado” podem fazer com que pessoas e grupos, mesmo que subjetivamente bem-intencionados, identifiquem como inimigas pessoas que simplesmente possuem uma percepção diferente da realidade, por terem sido educadas em um espaço cultural diverso. Além disso, a emergência do indivíduo e a supervalorização da autonomia que, nas últimas décadas, se transformou em individualismo, fazem com que se tenha pouca tolerância com quaisquer propostas de valores morais que se queiram impor ao conjunto social, sobretudo quando estas pretendem limitar o espaço da liberdade individual.

Com isso, cria-se um dilema fundamental: como garantir a paz social em sociedades multiculturais, em um mundo hiperconectado, onde cada indivíduo possui seu próprio sistema de crenças e valores, sendo estes cada vez mais flexíveis e mutáveis? Somos indivíduos ciosos da nossa liberdade e de nossas escolhas, porém, habitando em um planeta cada vez mais interdependente, onde as escolhas de cada pessoa e de cada sociedade impactam no futuro de todos e de todas. Estamos diante de problemas globais que exigem soluções igualmente globais, e não individuais. Fome, miséria, violência e injustiça social são problemas que persistem, aos quais se somam a ameaça à sustentabilidade da vida e a crise climática. Nunca precisamos tanto quanto agora de valores globalmente compartilhados que nos permitam trabalhar em conjunto e nunca pareceu tão distante encontrá-los. Nas palavras do Papa Francisco, ou “nos salvamos todos ou não se salva ninguém” (FT 137). Como sair desse impasse?

Uma ética mínima em um mundo plural

A filósofa espanhola Adela Cortina oferece uma proposta que pode ajudar. Ela, que é especializada em Ética, disciplina filosófica que busca critérios racionais para avaliar os diversos sistemas morais, lembra que uma das perguntas importantes feitas pela Ética é a respeito da felicidade: o que devo (devemos) fazer para alcançar uma vida feliz? Se na antiguidade clássica procurava-se uma resposta unívoca para essa questão, em sociedades plurais e dinâmicas torna-se praticamente impossível encontrar um modelo único de felicidade.

Com conceitos tão díspares a respeito de algo tão essencial para a existência humana, não será inevitável que a sociedade contemporânea se torne uma sociedade conflituosa e violenta, tanto nas relações interpessoais quanto na vida social?

Para fugir desse impasse, Cortina propõe uma distinção entre a “ética de mínimos” e a “ética de máximos” (CORTINA, 2005, p. 23). A ética dos mínimos seria construída em torno de um conceito básico de justiça que possa ser aceito pela maior parte dos grupos que compõem a sociedade e que poderia servir de referência para o diálogo social e para a construção do bem comum. Já a ética dos máximos seria plural, sendo representada pelos diversos ideais de felicidade presentes na sociedade, aos quais os indivíduos poderiam aderir livremente, reconhecendo que “diversos grupos religiosos, diferentes doutrinas filosóficas, distintas ideologias políticas propõem aos cidadãos diferentes projetos de vida feliz” (CORTINA, 2005, p. 22). Assim, poder-se-ia dialogar em torno de valores comuns, ao mesmo tempo em que se permitiria a pluralidade social e a livre opção dos cidadãos e cidadãs por caminhos que inspirem a própria vida.

A contribuição cristã para uma ética mínima global

Obviamente que esse mínimo de justiça só pode ser construído a partir dos projetos morais já presentes na sociedade, procurando encontrar – o quanto possível – um denominador comum existente entre eles. No contexto ocidental é de conhecimento comum que o cristianismo exerceu durante muitos séculos uma influência – para não dizer uma hegemonia – sobre a consciência ética da coletividade. Agora que vivemos em sociedades plurais, ditas pós-cristãs, a ética cristã pode ainda dar alguma contribuição para a construção dessa ética dos mínimos?

Para que isso aconteça, é necessário, em primeiro lugar, combater os extremos. Pessoas imbuídas de convicções cristãs se sentem injustiçadas em determinados ambientes, já que neles se difunde a ideia de que suas crenças não devem ter qualquer papel no debate público, devendo se recolher à esfera da consciência pessoal. Afirma-se isso em nome de uma hipotética moral neutra, isenta de quaisquer sistemas de valores particulares, o que obviamente é, em si mesmo, um discurso ideológico visando impor uma determinada moral, dita imparcial, sobre as outras. Por outro lado, cabe às pessoas e instituições cristãs compreenderem que não estamos mais na cristandade e que, portanto, a proposta cristã é apenas uma proposta no meio de uma pluralidade de outras propostas para a construção do consenso social. Muito da resistência que se encontra em relação à presença cristã nos espaços públicos se dá pela visibilidade de um determinado cristianismo combativo que, mesmo no século XXI, permanece no desejo de obter domínio político e cultural sobre o conjunto da sociedade. Embora essas expressões cristãs não representem o conjunto do cristianismo, por serem mais barulhentas, acabam aparecendo na consciência de muitos cidadãos e cidadãs como a única leitura possível da experiência cristã, vista, portanto, como

arrogante e indesejada. Tal identificação pura e simples entre cristianismo e radicalismo religioso não corresponde à realidade que é bem mais multifacetada.

Superados esses extremismos e mal-entendidos, pode-se advogar uma contribuição cristã para uma ética social comum, em clima de diálogo e baseada na própria antropologia teológica. A compreensão de uma igual dignidade de todos os seres humanos, independentemente de toda a diversidade cultural, social, religiosa, étnica, de gênero, ou de qualquer outra natureza, possui uma dupla raiz: filosófica e religiosa. A raiz filosófica está no ser humano enquanto ser racional. A raiz religiosa está na compreensão do ser humano criado à imagem e semelhança de Deus, elevado à condição de filho de Deus em Jesus de Nazaré. Assim, assegurar a dignidade de toda a pessoa humana e de seus direitos fundamentais, mormente aqueles presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) é um elemento mínimo de justiça que cristãos e não-cristãos podem e devem assumir de modo irrenunciável. Esse elemento não só é uma agenda comum a ser assumida por diversos grupos sociais, mas é a própria condição de possibilidade para que essa agenda aconteça. Só quando eu reconheço o outro como humano – *tão humano quanto eu!* – é que eu posso estabelecer com ele um diálogo respeitoso, fundamentado na humanidade comum e, portanto, aberto a acolher suas aspirações, necessidades e inquietações, para em seguida, construir projetos que possam ir além das diferenças. Nunca será demais lembrar que a primeira estratégia dos regimes autoritários é a de desumanizar os grupos que considera indesejados, abrindo espaço assim para a sua abjeta eliminação.

Outro valor fundamental em torno do qual pode se dar o diálogo social é o valor da sustentabilidade, numa época em que o desenvolvimento predatório e desrespeitoso em relação à natureza coloca em risco a própria sobrevivência da vida na Terra. Para os que são cristãos e cristãs, a defesa teórica e prática de uma “conversão ecológica” está no fato de que a vida é criação de Deus e de que o ser humano foi colocado pelo Criador como administrador da obra divina. O termo “dominai” (Gn 1,26) presente na ordem dada ao ser humano em relação à natureza, deve ser adequadamente compreendido. O domínio humano sobre o meio ambiente deve ser imagem do domínio divino: um domínio amoroso, serviçal, permeado pelo cuidado e pelo cultivo. Não é o domínio arbitrário que essa palavra normalmente enseja em muitos leitores e leitoras. É o domínio da autoridade-serviço que encontra na figura de Jesus de Nazaré, considerado pelo cristianismo como o Deus encarnado que veio ao mundo para servir a humanidade, o seu modelo completo.

Considerações Finais

Esse artigo partiu da constatação de que vivemos em um mundo globalizado, com sociedades plurais e diferentes modelos éticos que convivem lado a lado, despertando extrema dificuldade para a obtenção de consensos que permitam pessoas e povos trabalharem em conjunto pelo bem comum e para resolver os graves problemas vividos na atualidade.

Uma proposta de solução apresentada pela Ética Filosófica é a de buscar valores mínimos que permitam o diálogo social e o trabalho em projetos comuns, sem prejudicar a liberdade dos diferentes indivíduos e culturas de viverem os seus peculiares projetos de felicidade.

O cristianismo pode oferecer, como contribuição para essa ética mínima comum, o destaque para dois valores: o valor da dignidade da pessoa humana (e, portanto, dos direitos humanos universais) e do desenvolvimento sustentável, baseado na compreensão de que a natureza é um projeto amoroso do Criador e, portanto, algo sagrado. Certamente muitas pessoas não-cristãs e mesmo não-crentes poderiam compartilhar da compreensão de que esses dois valores são, de fato, centrais para a sobrevivência da vida e para a qualidade desta. Assim, abre-se uma agenda de trabalhos comuns a ser construída por crentes e não-crentes, bem como por pessoas de diferentes visões de mundo. O diálogo social é possível quando se é capaz de distinguir o que é central e prioritário daquilo que é acessório.

A identificação e defesa desses valores abre para inúmeros aprofundamentos, debates, questionamentos. Infelizmente o exíguo espaço do artigo não permite desenvolver esta tarefa. Fica para o leitor ou leitora, individualmente ou em grupo, levantar os questionamentos que a reflexão suscita e explorar as possibilidades que ela abre para a construção do bem comum, da justiça e, porque não dizer, da felicidade dos seres humanos.

Questões para reflexão

- 1) Você acha possível a construção de uma ética comum em sociedades pluralistas, permitindo o trabalho em conjunto, mesmo diante das diferenças de visão de mundo? Quais os desafios para a construção dessa ética?
- 2) O que você acha da proposta de colocar os Direitos Humanos Universais e o Desenvolvimento Sustentável como matrizes de uma nova ética universal? Como colocar essa ética em prática?
- 3) Por que o cristianismo, tradição religiosa herdeira da mais alta visão humanista, tem sido identificado por tantos e tantas como elemento de intolerância e resistência aos valores humanos? O que você diria para os inúmeros cristãos e cristãs que têm tentado trabalhar para recuperar essa profunda raiz ética da experiência cristã?

Obs.: Que tal pesquisar a história dos cristãos e cristãs que, em nome da sua fé, têm procurado defender os Direitos Humanos e os Direitos do Meio Ambiente?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo**: para uma teoria da cidadania. São Paulo: Loyola, 2005.
- FRANCISCO, PP. **Carta Encíclica Fratelli Tutti**: sobre a fraternidade e a amizade social (FT). Assis, 03 out. 2020. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html>. Acesso em: 09 set. 2024.
- MCLUHAN, Marshall. **A Galáxia de Gutenberg**: a formação do homem tipográfico. São Paulo: Editora Nacional, 1972.
- PASSOS, João Décio. **Teologia e outros saberes**: uma introdução ao pensamento teológico. São Paulo: Paulinas, 2010.